

WEBER E A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA SOCIOLÓGICA

Weber and the construction of sociological experience

Fernando A. Santana¹

Resumo

Este artigo é um estudo sobre a metodologia das ciências da cultura de Max Weber. Faz-se, aqui, uma incursão sobre um ponto bastante específico na metodologia de Weber, que é o processo de "conceber" um domínio da realidade, isto é, transformar a experiência vivida, a vivência ou o imediatamente vivido em conceito e, conseqüentemente, em conhecimento suscetível de alcançar validade empírica. Esse movimento do vivido para o conceito é o que chamo aqui de a "construção da experiência sociológica". Para realizar tal empreitada, debruço-me, basicamente, sobre as produções weberianas do começo do século XX, em especial "Roscher und Knies", escrito em duas partes em 1903 e 1906.

Palavras-chave: Max Weber; Teoria Sociológica; Sociologia Clássica; Experiência; Vivência.

Abstract

This article is a study of Max Weber's methodology of cultural sciences. It focuses on a very specific point in Weber's methodology, namely the process of "conceptualization" of a realm of reality, i.e. the transformation of lived experience or of what is directly experienced into a concept and consequently into knowledge that can attain empirical validity. I call this movement from experience to concept the "construction of sociological experience". In doing so, I am essentially concentrating on the text "Roscher and Knies", which Weber wrote in two parts at the beginning of the 20th century.

Keywords: Max Weber; Social Theory; Classical Sociology; Experience; Lived Experience.

Introdução

A sociologia é definida por Weber como uma ciência empírica da ação. E enquanto uma tal ciência – uma ciência que pretende "conceber" [*Begreifen*] um determinado domínio sobre parte da realidade efetiva [*Wirklichkeit*] -, não pode ser um opaco e impreciso pensamento ou juízo acerca da existência humana, da experiência vivida ou tampouco do ser [*Sein*]², mas tão somente, no próprio dizer de Weber, "uma ciência que pretende compreender interpretativamente [*deutend verstehen*] a ação social e assim explicá-la causalmente [*ursächlich erklären*] em seu curso e em seus efeitos" (2002: 1). Sob este ângulo, o objeto da sociologia não pode ser uma espécie de

¹ Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. Email: feantoniosantana@gmail.com

² Cf. K. Jaspers. *Man in the Modern Age*. Routledge, 2009, p. 165.

“atualidade” ou um saber “globalizante” de caráter compreensivo acerca do “sujeito que se posiciona, que avalia e formula juízos de valor” (2001: 135) - ou seja, do imediatamente vivido pelo agente -, tampouco um “estado interno”, psíquico, ou, mesmo, uma determinação de caráter essencial, ontológica. Antes, seu objeto deve ser uma dimensão transcendente à existência efetiva de indivíduos isolados que se relacionam em sociedade, uma dimensão decomposta e subtraída da vida pelo conhecimento objetivante, e projetada idealmente no plano do intelecto por meio de inequívocas regras metodológicas. Desse procedimento, emerge, assim, o domínio da *ação* humana como unidade última e fundamental do conhecimento sociológico.

Por *ação* Weber entende por princípio “[...] um comportamento compreensível em relação a ‘objetos’, isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido [*Sinn*] (subjetivo) real ou mental.” (2001: 494). Em outras palavras, fala-se em “ação” sempre que o agente individual vincula um sentido subjetivo ao seu comportamento. Por exemplo, quando um indivíduo abre o jornal diário para lê-lo, troca uma lâmpada ou substitui o pneu furado de seu carro por outro, age de forma significativa. Por conseguinte, toda ação dirigida para “objetos”, mesmo carente de uma referência social necessária, é, segundo Weber, significativa. Apesar da sua notória inclinação anti-metafísica, tal premissa torna-se, em sua sociologia, algo, por assim dizer, “quasi-metafísico”, dado que para Weber o sentido é a propriedade basilar e incontornável da ação individual, e o princípio fundamental que distingue a dimensão da vida humana dos “amorfo” eventos da natureza. Mas o sentido para o qual volta-se a sociologia não é e nem pode ser aquele que é auto-referido pelo indivíduo em sua relação isolada para com “objetos” - afinal, não se trata de “psicologia” (2001: 80) -, senão para o sentido subjetivo que leva em consideração a conduta de *outros* e por ela orienta seu curso. Com a realização desse movimento se esclarece o foco central da empreitada sociológica, pois já não se trata de dar conta da “ação” individual à moda da economia clássica, mas da “relação”, ou seja, da “ação social”. A orientação significativa ganha agora uma contraparte dada numa relação, requerendo a presença de um “tu”. Dessa forma, a ação social, por seu significado subjetivo, deve necessariamente basear-se na conduta *consciente*,

e não meramente *reativa*, de um ser humano em relação a outro. Realizar uma ação social é então mais do que possuir consciência da existência do outro; é dar-se conta do sentido da conduta do *outro* e interpretá-lo (Cf. Schutz, 1993).

Embora a ação social ocorra, portanto, com uma relação social possível, ela é, no entanto, "concebida", e esse termo é central aqui. Porque quando se fala em "conceber" [*Begreifen*] já se denota tanto o campo filosófico através do qual Weber se locomove quanto as características fundamentais que sua sociologia irá adquirir no plano metodológico. Afinal, conceber é dominar intelectualmente o empiricamente dado, logo, é não aceitar, à maneira realista, qualquer congruência entre conceito e realidade, entre a ciência e a vida. Contudo, ainda que seja bem verdade certa ojeriza sua ante a discussões filosóficas que não expressavam a *práxis* científica concreta, Weber não deixou de se situar na esteira da tradição kantiana. Até mesmo porque Kant e o kantismo eram imprescindíveis perante as suas intenções de conferir um fundamento lógico à sua ciência empírica da ação, e forneciam, àquela altura, em sua versão "neokantiana", os desenvolvimentos lógicos necessários para tal. Este artigo tem como objetivo reconstruir essa discussão metodológica que Weber realizou nos primeiros anos do século XX, logo após se recuperar da sua crise nervosa. Especialmente concentrada em seu trabalho intitulado "Roscher und Knies", mas extensível a textos mais tardios, como "Conceitos Sociológicos Fundamentais", toda essa discussão tem como pano de fundo uma série de polêmicas com diversos personagens oriundos da Escola Histórica de Economia, entre outros da história e da filosofia. Este artigo, entretanto, se restringirá a um aspecto muito específico desenvolvido por Weber nessas discussões: a forma de "conceber" o conhecimento científico a partir da experiência vivida ou do imediatamente vivido. Esse movimento do vivido para o conceito é o que chamo aqui de a "construção da experiência sociológica".

Do vivido ao conceitualmente construído

Definido o objeto da sociologia weberiana, a ação social, põe-se a tarefa: o que a sociologia faz com o sentido da ação e quais as exigências que a "razão sociológica" se propõe? Em primeiro lugar convém pôr em relevo que

o sentido não é entendido por Weber como um sentido objetivamente correto da ação ou metafisicamente verdadeiro, senão como um sentido subjetivamente intencionado de um agente em relação ao outro³. Todas as possíveis ideias portadoras de sentido objetivo, sejam "objetivações culturais", "estruturas sociais" ou manifestações do "espírito objetivo", são reduzidas, por Weber, às mais elementares formas de conduta (Cf. Schutz, 1993: 36), pois "o indivíduo", diz ele, "[...] constitui o limite e o único portador de um comportamento provido de sentido" (2001: 505). Por certo que o "indivíduo", aqui, não é um indivíduo em sua consciência "real" ou "psicológica", mas tão somente em uma "consciência transcendental" ou, ainda, "pura" - a qual ganha sua expressão mais bem acabada quando Weber passa a trabalhar com os "tipos-ideais". De qualquer modo, destaca-se por ora que a "natureza" última do sentido não deriva da essência mesma da realidade, mas é relacionada a um tênue fundamento antropológico. Afinal de contas, diz Weber que "somos homens de *cultura*, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo e de lhe conferirmos um sentido [*Sinn*]". Embora tenha sempre se colocado como um crítico ferrenho do historicismo por sua "atrofia lógica", Weber vai, com tal posição, diretamente ao encontro desta tradição alemã de pensamento. E, aqui, poderia muito bem concordar com a afirmação de Wilhelm Dilthey, segundo o qual "o homem não pode compreender a si mesmo por meio de elucubrações acima de si mesmo", já que "somente na compreensão da realidade histórica que ele mesmo produz, o homem chega à consciência do seu poder, no bem e no mal". É claro que tais linhas proferidas por Dilthey perpassam pela intenção de repensar a noção de "espírito objetivo" [*objektiver Geist*], subtraindo-a da construção metafísica de Hegel e colocando-a especificamente em relação com a "conexão histórica da finitude de cada fenômeno histórico, de cada situação humana e social"⁴. Todavia, tais linhas também implicam no pressuposto de que a sociedade humana não é acessível em sua totalidade à "razão nomológica", de cariz "determinista" e que busca exclusivamente a

³ Convém lembrar já de antemão que quando Weber fala em "sentido" não apenas se refere ao sentido intencionado daquele que age, mas também uma construção típico-ideal.

⁴ Cf. W. Dilthey. *Das achtzehnte Jahrhundert und die geschichtliche Welt*. In: *Gesammelte Schriften*, v. III. Stuttgart, Göttingen, 1962, p. 210.

decomposição em fatores e a imputação de séries causais abstratas desconectadas de qualquer conteúdo subjetivo, como à maneira do naturalismo.

Na mesma toada de Dilthey, Weber parte de uma nova jurisdição do empírico que é dada significativamente e que cabe à ciência captar não em sua "generalidade", mas em sua "individualidade". Segundo Weber, antes de buscar regularidades na forma de "leis", faz-se sempre necessária uma "reconstrução interior" do "porquê" da motivação da ação. Pois, "sem esta reconstrução interior", diz ele, "a mais completa e mais abrangente prova empírico-estatística de uma regularidade conforme 'leis' não haveria de satisfazer às exigências que fazemos à ciência histórica e a outras ciências do espírito" (2001: 456). Em suma, uma ciência empírica da ação não é e não pode ser correlata ou dependente de uma "ciência da natureza da ação social". Então, para satisfazer as necessidades de uma "ciência empírica da realidade concreta", é necessário voltar-se precisamente à evidência [*Evidenz*] do sentido presente nas conexões concretas⁵. Reside-se aí, fundamentalmente, a "razão" do conhecimento sociológico. E daqui se sobressai o perfil e a tarefa basilar deste conhecimento, qual seja: compreender o sentido subjetivamente visado e intencionado pelo indivíduo que age. Nesse sentido, é atribuída à sociologia uma excepcional nota cognitiva de caráter compreensivo - ainda que isso não implique, nos quadros do pensamento weberiano e à contrapelo de Dilthey, uma independência lógica e um domínio ontológico exclusivo frente às ciências da natureza.

"Compreender", entretanto, é um ato "natural" e fundamental da vida humana, uma faculdade de uso regular e também imprescindível pelos indivíduos em suas atividades cotidianas. Afinal, a vida se faz por meio da compreensão "imediata" de movimentos expressivos, manifestações linguísticas e ações desencadeados por indivíduos a partir de suas respectivas experiências vividas. Compreender, nesse compasso, é como "revivenciar" aquilo que não nos é completamente alheio, já que é uma possibilidade na própria vida sê-lo, isto é, porque podemos ou poderíamos ser em alguma

⁵ Toda evidência de sentido, em Weber, é relacionada a valores. Essa é um pré-condição para o conhecimento do universo humano. Voltaremos a essa discussão mais adiante, no próximo subtópico deste capítulo.

medida aquilo que compreendemos em razão de uma referência significativa comum e compartilhada. É mais ou menos nessa toada que a tradição hermenêutica alemã - de Schleiermacher a Dilthey -, utilizou-se da categoria de compreensão, isto é, como parâmetro fundamental para o conhecimento do mundo humano. Weber, porém, não esteve exatamente interessado na compreensão "imediata", na "revivência empática" ou em qualquer referência vital originária como substrato que comporia o fundamento da sociologia enquanto uma ciência empírica particular. Ainda que ele tenha como premissa tácita que o compreender é uma constatação primeira, um dado imediato da existência humana, e que não pode ser eliminado dos procedimentos da ciências cujos objetos têm de ser, em algum grau, necessariamente explicados a partir de dados já previamente dotados de sentido, sua preocupação fundamental, entretanto, não é de ordem "hermenêutica", mas, sim, de outra natureza, a saber: da ordem da validação empírica (Cf. Seneda, 2006). Tanto que, para ele, se compreendo o conteúdo vivido presente na ação de outrem a partir do conteúdo da minha própria vivência, haveria a impossibilidade deste mesmo conteúdo tornar-se objeto de um juízo. Uma ciência empírica - como ele pretende alçar a sociologia - não pode ser uma extensão da vida, uma "reprodução da realidade", ou, ainda, uma "teoria da cópia" [*Abbildtheory*]⁶. Para que determinados conteúdos se tornem objeto de um conhecimento válido, eles devem, necessariamente, ser elaborados conceitualmente, "objetivados" e "desvitalizados", isto é, devem receber algum tipo de distanciamento e generalização que os destitua da singularidade do imediatamente vivido. Algo correlato, portanto, aos procedimentos de validação das ciências da natureza.

Acontece que se o grande esforço de Dilthey foi conferir a vivência [*Erlebnis*] como o saber propriamente referido à realidade humana e assim dotado, por si mesmo, de validade, pois já em posse imediata de seu objeto, Weber dissocia essa relação - ou seja, entre um domínio ontologicamente delimitado e uma validade intrínseca conferida de antemão. Com um kantismo que vai de soslaio, Weber não confere o que se evidencia pela compreensão

⁶ Quanto a este ponto consultar a nota de número "25".

empática como um fato dotado de verdade, como se as individualidades⁷ resguardassem um valor por si, mas como algo que necessita de uma "construção" por uma metodologia, ou seja, de um método que determine os procedimentos que possam construir o objeto e que controle objetivamente o *fato* percebido, para, então, erigir-lo *a posteriori* em critério de validade. É nesse sentido que se para um hermeneuta como Dilthey posso atribuir *verdade* ao compreender uma conexão psíquica quanto vivenciada - do querer efetivo, suas aspirações e desejos -, pois me apercebo do sentido evidente como um "fato da consciência" [*als Tatsache Bewusstseins*], para Weber jamais pode-se atribuir referencial cognitivo àquilo que é simplesmente dado vitalmente. Se em Dilthey haveria algum resquício de hegelianismo ao conferir validade ontológica às próprias coisas, ou seja, ao sustentar que os conteúdos da vivência seriam imediatamente válidos, em Weber, na esteira do kantismo, jamais se pode atribuir validade objetiva àquilo que não seja produto do grau específico da determinação empírica do método. Afinal de contas, no quadro do pensamento kantiano, e no plano das ciências empíricas, não é o objeto que é o foco, mas tão somente a relação que o sujeito, através da consciência, estabelece com o conhecimento. Numa reflexão metodológica tardia, Weber não nega esta filiação quando diz pelas tantas que "não são as conexões efetivas das coisas, mas as conexões conceituais de problemas que definem o objeto das ciências" (2001: 380). Em suma, se somente a teoria confere validade ao objeto, então só podem ter validade as conexões pensáveis e construíveis a partir das proposições que delimitam o objeto de uma ciência, isto é, "uma ciência pode partir do vivido, mas sua validade depende de sua capacidade de propor modelos justificados de apreensão da realidade exteriores ao vivido"(Cf. Seneda, 2008: 80).

Decorre, portanto, ante a essas considerações, que o método compreensivo, ao ser aplicado às ciências da ação, deve ser submetido a procedimentos de validação compatíveis com os exigidos das ciências empíricas. Afinal, o perfil do trabalho das ciências do agir humano, mesmo

⁷ Embora, como veremos mais adiante, o interesse das ciências da cultura se dirija para a significação, a qual só se determina com referência a uma situação histórica singular, isso não implica, segundo sua visão, que o "individual" seja o fim último do conhecimento sociológico, abrindo mão da generalização, que é recurso a qualquer ciência. O problema fundamental, para o conhecimento histórico, é definir esse conhecimento das individualidades no sentido lógico, imbuindo-se de validade científica.

que elegendo o individual como objeto - em contraste às ciências naturais que operam conceitos e regras -, não é e não pode ser distinto qualitativamente do trabalho "científico". E se não há então distinção possível no plano das ciências empíricas, as ciências do agir não devem operar com uma cisão no plano lógico e metodológico, como se elas e as ciências da natureza estivessem referidas a realidades abissais, ontologicamente distintas, ou, ainda, que devessem ser submetidas a procedimentos diferentes de validação. Sujeitas, então, aos mesmos procedimentos lógicos, há a implicação de que as ciências do agir não devem abrir mão dos mesmos processos cognitivos objetivantes presentes nas ciências da natureza, que almejam uma "experiência objetivada" por meio de determinadas categorias do processo cognitivo objetivo, tais como "causalidade", "lei" e "conceito" (2001: 133). No entanto, uma submissão do método compreensivo aos procedimentos "científicos" conduz inevitavelmente a uma dificuldade, pois como correlacionar o ponto de partida intuitivo de uma ciência que define seu objeto como o "sentido subjetivamente visado pelo agente" com aqueles pressupostos lógicos necessários à validação do conhecimento? É que para Weber, as ciências da ação humana não devem se interessar, no nível metodológico, por processos interiores orientados por procedimentos subjetivantes, como a "compreensão empática" - embora elas ainda resguardem uma potencialidade heurística. Como salientado outrora, Weber, bastante longe de pretensões hermenêuticas *à la* Dilthey, não se interessa pelo "indivíduo inteiro" ou pelo querer efetivo do agente, mas somente pela motivação [*motivationsmäßigkeit*] da ação, que, enquanto tal, pode ser sublimada exclusivamente para o campo do intelecto e "compreendida" por meio de conexões causais empíricas à maneira das investigações nomológicas.

O 'querer', por exemplo, que é 'imediatamente' compreensível, ou o 'Eu' como 'unidade' que imediatamente pode ser 'compreendido', nunca [deveria] ser enquadrado num procedimento nomológico e científico já que, neste procedimento, trata-se essencialmente de se tentar chegar a uma verdade 'objetiva' e, portanto, supraindividual (2001: 96).

Para fins de uma ciência empírica da ação, Weber não se interessa pela "consciência individual", designada por vezes pelo pechoso rótulo de

"psicologismo"⁸, mas tão-somente por uma "consciência transcendental". Isso quer dizer que não é o indivíduo atuante em sua concretude, sua compreensão "natural" do mundo, seus hábitos, suas vontades, seu querer efetivo, em suma, em sua vivência imediata que lhe interessa como acesso à realidade e à produção de conhecimento. Weber volta-se, unicamente, para um querer hipoteticamente construído a partir de regras da experiência, isto é, para um indivíduo hipotético que escolhe um objetivo, e que, para tal, mobiliza regras conhecidas do devir para alcançá-lo⁹. Por referir-se sempre a este personagem "ideal" - logo um personagem desprovido de tudo o que nele possa haver de casual e fortuito -, e para o qual está referida a ação puramente racional, Weber dissolve possíveis incompatibilidades congênicas entre os requisitos constitutivos para uma ciência de produção de conhecimento empírico - sempre sob a tutela do poder regridor do intelecto e entendida como situada no domínio da explicação causal [*des kausalen Erklärens*] - e a compreensão [*das Verstehen*] "genética" do sentido subjetivo da ação. Ao realizar esse movimento, consegue, com notória proeza, estabelecer uma simbiose no nível metodológico para domínios "ontológicos" entendidos como completamente incompatíveis, combinando, assim, "explicação" e "compreensão". No entanto, é fundamental destacar: Weber apenas alcança essa realização porque não quer fazer referência ao imediatamente vivido pelo agente, mas quer se referir tão-somente ao que é *interpretável* do âmbito da ação.

Não se trata portanto de uma oposição entre o 'físico' e 'psíquico'. Trata-se de outra questão, qual seja, a da opinião segundo a qual aquele 'ser' que, como tal, pode transformar-se em 'objeto' de uma abordagem analítica - seja ele de natureza 'física' ou 'psíquica' -, em princípio, consistiria num modo diferente ou num sentido diferente daquela realidade que, pela 'vivência' nos é dada imediatamente e na qual o conceito de 'psíquico', da maneira como é usado na psicologia, de maneira nenhuma pode ser aplicado. Uma tal concepção poderia, talvez, em princípio, dar-nos um fundamento para o conceito de 'interpretação' (2001: 132).

⁸ Para um excelente tratamento da ideia de psicologismo na filosofia social alemã, cf, M. Kusch. *Psychologism: The Sociology of Philosophical Knowledge*. Routledge, 1995.

⁹ Convém citar Weber aqui a fim de ressaltar ainda mais este ponto: "A interpretação racional assemelha-se bastante a um juízo causal hipotético. (Esquema: tendo a intenção X, o agente, conforme as regras conhecidas do devir, 'deveria', para alcançá-la, escolher o meio Y ou um dos Y, Y', Y".) Ao juízo causal hipotético acrescenta-se uma avaliação teleológica da ação empiricamente constatável. (Esquema: a escolha do meio Y, conforme com conhecidas regras do devir, fornece mais garantias para se atingir o objetivo do que Y' ou juízos, sendo, por causa disso, mais 'conveniente' do que os outros.) Esta reflexão não descarta o fundamento da análise do empiricamente dado, pois ela é apenas uma avaliação de natureza "teórica", isto é, ela avalia, em conformidade com regras da experiência, se os "meios" são adequados para atingir os fins desejados" (2001: 192).

Tendo isso em vista, todos os passos que Weber realiza em seu primeiro grande ensaio metodológico - *Roscher und Knies und die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie* (1903-1906) -, quando abre polêmica com os personagens que marcaram a "querela sobre o método" [*Methodenstreit*], dizem respeito à tentativa de desenvolver a interpretação como uma saída de escape em vista dos procedimentos "deficientes"¹⁰ - do ponto de vista lógico - das ciências que se especializaram na Alemanha sob a batuta do método histórico¹¹. Seja na "síntese criativa" de Wundt ou na "ciência subjetivante" de Münsterberg, na distinção de Simmel entre "compreensão objetiva" e "interpretação subjetiva", ou na "experiência vivida" de Götting-Ottlilienfeld, Weber enxerga em todas essas proposições, em menor ou maior medida, uma insuperada opção ontológica e metafísica que se vincula tacitamente ao emanatismo hegeliano ou que se deriva do que Hegel há consagrado, o que as tornam, por consequência, incompatíveis com os requisitos metodológicos necessários às ciências particulares [*Spezialwissenschaften*]. Porque este é o ponto fulcral para Weber em toda a discussão sobre o método: de que é errônea a ideia de que o psíquico seja do domínio da compreensão e o físico do domínio da explicação causal. Também errônea é a sugestiva ideia, presente em Dilthey, de que a experiência [*Erfahrung*] esteve dividida em duas esferas, a interna [*Innere Erfahrung* ou *Erlebnis*] e a externa [*Äussere*], e que, por essa razão, pudessem referir-se a domínios ontologicamente distintos, fundamentando, assim, respectivamente, o conhecimento do mundo do "espírito" e o conhecimento do mundo "natural"¹². Pode haver, na ótica weberiana, possivelmente, uma oposição forjada a partir do modo como acessamos à realidade, se pela experiência objetiva ou pela vivência, mas não pode haver entre o conhecimento da natureza e o conhecimento do agir um

¹⁰ Cabe o esclarecimento: "deficiente", aqui, no linguajar weberiano, é um juízo que parte do trato da filosofia crítica kantiana, e refere-se particularmente à concessão de um estatuto *quase*-metafísico ao objeto da inquirição histórica, portanto, tornando-o alheio às operações do intelecto, ou seja, estabelece-se um ato de "síntese" para o objeto sem uma teoria que o eleja e determine.

¹¹ Para uma boa abordagem geral sobre o método histórico alemão e seu contraste para com o inglês, cf. Keith Tribe. "Historical Schools of Economics: German and English". In: *A Companion to the History of Economic Thought*, ed. Warren J. Samuels, Jeff E. Biddle, e John B. Davis. Malden: Blackwell, 2007, pp. 215-230.

¹² Essa seria a posição de Dilthey segundo a visão neokantiana. Parece-nos questionável a leitura de que há, em Dilthey, uma cisão ontológica entre duas esferas do real. Contudo, iremos mais bem desenvolver este ponto em capítulo posterior neste trabalho.

"precipício" oriundo da antítese "ontológica" do seu objeto. Weber é ainda mais claro neste ponto quando admite "[...] que o comportamento humano, quando convertido em objeto de análise 'interpretativa', sempre contém partes que simplesmente devem ser aceitas da maneira como também são aceitos os 'objetos' das ciências naturais" (2001: 166). Ao projetar a interpretação como método, ele vislumbra um único *logos* a imperar cognitivamente sobre a totalidade da realidade, movendo-se, assim, a contrapelo daquela antítese "abissal" presente na escola histórica e nas derivações do historicismo, seja em suas variações pós-kantianas ou neo-hegelianas¹³. Afinal de contas, "a 'interpretação' é bastante distinta de uma compreensão 'atual'" [*aktuelles Verstehen*] (2001: 157). Tanto que, nunca é demais frisar, a "compreensão" que Weber almeja, nos seus escritos metodológicos, não tem por foco o querer ou a vivência que move a ação, mas tão somente um querer hipotético, "uma modalidade de explicação causal" (2001: 157), um conceito puro e hipotético produzido pelo intelecto que foca em relações externas ao vivido e mediatas.

Apesar do distanciamento crítico, Weber encontra a primeira correspondência mais bem acabada do "método interpretação" na segunda parte de *Roscher und Knies*, quando faz referência ao Simmel da segunda edição de *Probleme der Geschichtsphilosophie* (1905)¹⁴. Neste trabalho ele encontra uma diferenciação substantiva entre as modalidades de compreensão, possibilitada por duas noções de razões opostas - embora, para seus propósitos, complementares -, a saber: "compreender" [*Verstehen*] e "conceber" [*Begreifen*]. Este último designa o que pode ser explicado nomologicamente, ao passo que o primeiro reduz o explicável ao âmbito daquilo que pode ser interpretado compreensivelmente. Em outros termos, enquanto o "compreender" é um ato "natural", que implica "revivência" interior da realidade dada, o "conceber", diferentemente, está no nível do conceito, do intelecto e das relações exteriores ao vivido. A título de ilustração dessa "diferenciação", Weber, na esteira de Simmel, salienta que "a 'compreensão'

¹³ Para abordagens contextuais do cenário filosófico após a derrocada do idealismo absoluto e sua reconfiguração e novas chaves filosóficas, cf. H. Schnädelbach. *Geschichtsphilosophie nach Hegel. Die probleme des Historismus*. Friburgo-Munich: Verlag Karl Alber, 1974; *Philosophy in Germany, 1831-1933*. Cambridge University Press, 2009; P. Ricoeur. *Le Conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*. Paris: Éditions de Seuil, 1969.

¹⁴ Cf. G. Simmel. *Kant/ Probleme der Geschichtsphilosophie (1905-1907)*. Suhrkamp, 1997.

refere-se à compreensão do sentido de sinais (externos) e a 'interpretação' subjetiva à compreensão dos motivos que estão por trás (internos) da fala ou da ação de uma pessoa" (WL 155). Ainda completa: "no primeiro caso, 'compreendemos' aquilo que foi dito ou falado, e, no segundo, 'compreendemos' a pessoa que falou ou agiu" (WL 156). Na ótica de Weber, Simmel embaralha, entretanto, a distinção no tocante ao ponto lógico, pois ele "acha", diz Weber, "que a primeira forma de 'compreensão' [do que foi dito ou falado] só existe quando se trata de um conhecimento teórico, do conhecimento de um conteúdo objetivo em forma lógica que - por ser conhecimento - poderia ser elaborado objetivamente" (WL 156). Este é o ponto fundamental para Weber: uma compreensão dentro da esfera da atualidade não pode ser encarada como "objetiva", pois se assim o fosse, manteria uma teoria de resíduos psicológicos sensíveis demais à ideia de uma "razão existencialista" ou do sujeito que "se posiciona"¹⁵. Uma tal compreensão - a "atual" - difere-se substantivamente da "interpretação". E pela razão da interpretação ser sempre de caráter objetivo, torna-se, por consequência, uma "categoria secundária e peculiar do mundo artificial da ciência" (WL 117).

Uma das formas pelas quais Weber entende a interpretação é justamente esta: "como um 'incitamento' a um juízo, no sentido da afirmação e da aceitação de uma conexão real que foi compreendida 'como sendo válida'". Nesse compasso, ainda completa: "neste caso, referimo-nos a um conhecimento causal de 'interpretação' ou a um conhecimento 'interpretativo' causal" (WL 151). Que uma compreensão feita a partir dos elementos imediatos da vivência não possa ter, para Weber, qualquer pretensão à validade, já salientamos anteriormente. Para recordar, basta lembrarmos-nos que, em sua visão, determinados elementos só podem se tornar objeto de um conhecimento válido quando são elaborados conceitualmente, isto é, cindidos

¹⁵ Se a compreensão imediata - ou "objetiva", nos termos de Simmel - trata da compreensão "própria" do *locus* de evidência que o agente ocupa ou no qual se encontra, a interpretação volta-se precisamente para a conexão de sentido presente na conduta de outrem. Sob este ângulo, exemplifica Weber: "uma ordem militar redigida sem a devida clareza - para ficar num cenário "atual" - obriga o receptor a refletir e ponderar juntamente com o oficial para, talvez, "interpretar" devidamente os objetivos desta mesma ordem". Decorre, então, que o sentido visado pela interpretação não é "imediato", tal qual poderia apresentar-se numa compreensão que parte do sentido dado na vivência; trata-se, ao contrário, de reconstruí-lo hipoteticamente sempre que não é possível dar conta compreensivelmente do curso da ação. E é exatamente este o procedimento que a interpretação cumpre, a saber: ampliar o domínio da compreensão, oferecendo às ciências empíricas a recuperação hipotética do sentido do agir.

da experiência vivida e transformados em experiência objetiva. Na esteira da *Begriffsbildung* de Rickert, o conhecer da razão científica está, em Weber, em necessária oposição à vida¹⁶. E nesse movimento do "dado" para o "reconstruído" ou do "compreendido" para o "concebido" está precisamente a "vantagem" da interpretação, qual seja: que por ser uma "modalidade de explicação causal" (WL 157), possibilita - ao contrário da compreensão imediata - a validação de conhecimentos estabelecidos a partir de uma determinada base empírica. Isso quer dizer que Weber não tem qualquer pretensão de abarcar o "opaco" e "intransparente" querer efetivo da ação de um agente, tampouco o *locus* de evidência que o agente ocupa ou no qual se encontra, mas tão-somente uma evidência compreensiva que pode ser adquirida por um querer hipoteticamente construído a partir de regras da experiência, isto é, pela *possibilidade objetiva*¹⁷ de ser atestado por meio de regras que apreendam o que pode ser dado numa experiência¹⁸.

Por certo que o "compreensivo", aqui, refere-se estritamente à ação com "sentido", pois é sempre a partir dele que se determina o que pode ser compreensível no curso empírico da ação. Mas esse "sentido" nem sempre é suscetível de ser capturado ou dotado de inteligibilidade prontamente. E na ausência de uma compreensão imediata, o sentido pode ser recuperado e reconstruído pela interpretação. Neste ponto emerge a simbiose perfeita entre dois objetivos que a interpretação intenciona cumprir: de um lado, "o uso de 'regras' na 'validação empírica' tendo por fim o controle da 'interpretação' das ações humanas" (WL 175), de outro, a ampliação das possibilidades compreensivas perante aquilo que pode não ser imediatamente compreensível no curso da ação. Por não se confundir com a compreensão, a interpretação, diz Weber, "apenas entraria em cena no momento em que o 'sentido' de uma afirmação, independentemente de sua natureza, não fosse 'compreendido'

¹⁶ Para uma boa análise da oposição que Rickert estabeleceu para com o vitalismo e a *Lebensphilosophie*, cf. A. Zijderveld. *Rickert's Relevance. The ontological nature and epistemological functions of values*. Capítulo I.

¹⁷ A noção de "possibilidade objetiva" Weber retira de Johannes Von Kries. Para uma boa explicitação desta relação, cf. E. Massimilla. *Tre Studi su Weber. Fra Rickert e Von Kries*. Napoli: Liguori Editore, 2010.

¹⁸ A título de uma elucidação preliminar sobre este ponto, cito o próprio Weber: "A interpretação racional se assemelha bastante a um juízo causal hipotético. (Esquema: tendo a intenção X, o agente, conforme as regras conhecidas do devir, 'deveria', para alcançá-la, escolher o meio Y ou um dos Y, Y', Y''). (WL 192). as conexões objetivamente possíveis de uma dada situação - regras generalizantes da experiência do mesmo modo como qualquer ciência empírica que investigue o mundo 'objetivado'.

imediatamente e que, além disso, não fosse possível uma 'comunicação' atual, mas houvesse absoluta necessidade de uma 'compreensão'" (2001: 157). O objetivo da interpretação, portanto, não é a "descrição" de aspectos do mundo físico através de regras empíricas, mas sim a ampliação das possibilidades compreensivas por meio da construção sempre hipotética do sentido interpretável da ação empírica individual. A interpretação põe-se, então, como uma instância de nível conceitual pronta a solucionar um problema que a compreensão por si só não resolve. Isso se dá exatamente pela capacidade da interpretação de recompor os nexos de sentido incipientes ou descontínuos entre os dados objetivos, dotando-os tão logo de inteligibilidade. Pois, "em muitos casos", realça Weber, "supostos 'motivos' e 'repressões' (isto é, desde logo, motivos não reconhecidos) ocultam ao próprio agente o nexos real da orientação de sua ação [...] neste caso, cabe à sociologia a tarefa de averiguar essa conexão e fixá-la pela interpretação" (2002: 3). Trocando em miúdos, sempre que não for possível compreender o curso da ação, a interpretação reconstrói a evidência da ação de modo a dotá-la de compreensibilidade.

Quando falamos em "reconstruir a evidência", referimo-nos exatamente ao que a interpretação se propõe, já que "toda interpretação" - diz Weber nos primeiros parágrafos de *Wirtschaft und Gesellschaft* - "pretende alcançar evidência" (2002: 1). Essa compreensibilidade tomada de empréstimo por meio da qual torna-se possível reconstruir uma conexão de sentido até então ausente da ação é o que Weber chama por "interpretar evidente". Essa evidência pode ser de caráter "racional" [*rationalen*] ou do que é "revivido empaticamente" [*einfühlend nacherlebenden*] (2002: 2). Para alcançar por interpretação uma evidência empática, poder-se-ia, por exemplo, recorrer a situações vivenciadas de modo semelhante e por analogia recompor as conexões de sentido então ausentes. Contemporâneo a Weber, Theodor Lipps foi um dos precursores da discussão pré-fenomenológica acerca da empatia [*Einfühlung*] e quem primeiro mais bem desenvolveu o argumento de que por meio da "revivência" [*nacherleben*] seria possível compreender o que o outro "sofre" em um acontecimento qualquer através de um adentrando no "eu" psíquico alheio. Com a vivência ou o sentir [*fühlen*] que faz penetrar na [*ein*] compreensão daquilo a que essa vivência remete, ter-se-ia, por intuição, a

evidência psicológica do sentido presente na vivência imediata do agente. Já a evidência racional, qualitativamente superior à empática, segundo Weber, opera estritamente no plano “intelectual” e objetivo, dado que trata-se de “[...] conexões de sentido que se encontram na relação de proposições matemáticas entre si” (2002: 1). Diz Weber, como exemplo, que “compreendemos de modo inequívoco o que significa, quanto ao sentido, quando alguém utiliza, pensando ou argumentando, a proposição $2 \times 2 = 4$ [...]” (2002: 1). Da mesma forma seria possível compreender – no sentido de “interpretação evidente” – o sentido “[...] quando partimos de 'fatos da experiência' que consideramos 'conhecidos' e de finalidade dadas”. Ou seja, é possível obter a compreensão do sentido pela evidência racional quando se analisa, por reconstrução, os meios utilizados ou relegados pelo agente no alcance de um determinado fim objetivado. Nessa ordem de coisas, Weber ainda salienta: “toda interpretação de uma ação desse tipo, racionalmente orientada por um fim, possui – quanto à compreensão dos meios empregados – um grau máximo de evidência (2002: 1).

Obtém-se o mais alto grau de evidência, portanto, não com a vivência imediata, com o enfrentamento direto com aspectos do mundo vivido, mas por uma elaboração intelectual de segunda ordem, isto é, uma construção hipotética do sentido do curso da ação já dada ou a ser empreendida. A questão improrrogável a ser posta, agora, é: por que uma reconstrução, um empreendimento de segunda ordem, elaborada à maneira matemática, seria “mais certa” do que a vivência imediata? Afinal, como é possível que o meio vital cotidiano em que o indivíduo está incontornavelmente situado possa proporcionar uma evidência do sentido da ação de qualidade inferior àquela mediada intelectualmente, já que desterrada dos parâmetros significativos do seu querer efetivo? Pode-se, naturalmente, especular algumas respostas a partir da sociologia weberiana para tais questionamentos. Uma delas, a mais elementar que aqui podemos aventar, seria a de que não há, na sociologia de Weber, a exigência de que a evidência almejada pela interpretação corresponda à vivência imediata do agente. Interpretação e vivência efetiva são duas esferas apartadas, quase como duas ontologias forjadas por certa incongruência entre ciência e vida. Tanto que a única exigência weberiana é a

de que a evidência seja acessível compreensivelmente e de que possa ser submetida à explicação causal. Certamente Weber poderia muito bem reconhecer a premissa incontestada da vivência em produzir o fato compreensivo, mas isso não implicaria, para ele, que a sociologia a tenha como ponto de partida. Pois o ponto de partida não pode ser a vivência imediata ou a experiência vivida, mas tão somente a evidência que permite isolar no empiricamente constatável os componentes do agir com sentido e submetê-los a uma interpretação racional. Afinal, o objeto da sociologia weberiana é exatamente este: a evidência compreensiva de um querer hipotético construído a partir de regras da experiência, isto é, das conexões objetivamente possíveis vislumbradas por um agente numa dada situação.

Ao cindir a vivência da evidência almejada sociologicamente, Weber expressa muito bem sua proximidade à teoria da formação de conceitos [*Begriffsbildung*] de Rickert. Se bem que tal teoria tenha como principal mote a cisão lógica entre dois grupos possíveis de ciências, as "generalizantes" e as "individualizantes", é pressuposto e manifesto na ideia de "formação" [*Bildung*] um deslocamento necessário da *mêlée* da vivência. Pois este é um dos pressupostos epistemológicos basilares do neokantismo da escola de Baden: a opacidade do vivido e a impossibilidade de acessá-lo, à maneira vitalista, de modo "intuicionista" - como uma espécie de "sentir" ou como estar no "fluxo" da *durée* bergsoniana. É somente a linguagem conceitual que ordena o "caos" das impressões sensoriais da realidade vivida formando um "cosmo", isto é, reduzindo complexidade ao dar nome a objetos e coisas e agrupando-os num todo harmônico e coeso, possibilitando a elaboração lógica do conteúdo "vivido". Em vista disso, o "conhecer", para aquela corrente filosófica, implica, sempre, uma mediação por conceitos. Não à toa, Weber ressaltou, em dos seus textos metodológicos tardios, que "não são as conexões efetivas das coisas, mas as conexões conceituais de problemas que definem o objetos das ciências" (2001: 280). Com esse posicionamento, ele se coloca claramente na esteira da posição neokantiana do conhecer como procedimento de conceitualização do dado empírico e de "construção" do objeto - graças ao processo nomológico - a partir da multiplicidade da experiência, e não como descoberta de um dado pré-existente - como entendia Dilthey, por exemplo. Nesse sentido, há a

rejeição explícita da ideia de que as ciências empíricas devem "descrever" [*abbilden*] a realidade em si mesma ou a experiência vivida, como se o que é "dado" na vivência fosse também um "objeto" já constituído, ou como se "[...] cada 'vivência' fosse o que há de mais certo" (2001: 104). Avesso, assim como Rickert, ao realismo e à chamada "teoria da cópia" [*Abbildungslogik*], a tarefa sociológica consiste, para Weber, em "remodelar" [*umbilden*] a realidade imediata e formar conceitos, num gesto em que apenas uma pequena fração finita da realidade infinita é selecionada e constituída pelo intelecto como objeto científico. Se a sociologia quer formar um juízo válido sobre seu objeto, então tem de submeter o empiricamente dado à lógica dos conceitos. Jamais pode ela almejar captar a vivência imediata e o querer efetivo, reproduzindo-os em sua plenitude. Pois se assim o fizesse, não seria mais um pensamento ou um juízo, mas a própria vivência reproduzida e duplicada:

Tampouco a própria "vivência" pode, a partir do momento em que ela é apreendida pelo pensamento, simplesmente ser "copiada" ou "reproduzida": se assim fosse, não tratar-se-ia mais de um "pensamento", mas de uma "vivência", ou, antes, de uma nova "vivência", da "vivência anterior", na qual está presente o "sentimento" de já a ter "vivenciado" uma vez (2001: 174).

Há a rejeição metodológica do "vivido" porque não há determinação válida da ação quando fundada no "vivido". É tautológico, por certo, mas o "vivido", tanto para Weber quanto para Rickert, é apenas o "vivido" porque é "naturalmente" dado, e não construído pelo intelecto ou elaborado objetivamente pela forma conceito. E porquanto carece o vivido de qualquer elaboração de segunda ordem, não se pode erigir uma estrutura de conhecimento à maneira das ciências empíricas. Se certa vez Husserl frisou, antes da *epochè* transcendental, que "[...] toda evidência das realizações lógico-objetivas [...] tem suas fontes recônditas de fundamentação na vida"¹⁹, Weber não poderia discordar mais. Pois, para ele, o critério da produção de conhecimento não está circunscrito ao "mundo da vida" [*Lebenswelt*] ou à evidência compreensiva real dado num querer efetivo, senão aos procedimentos de validação empírica [*empirische Geltung*] compatíveis com os exigidos das ciências empíricas particulares. É o modelo kantiano de ciências

¹⁹ Cf, E. Husserl. *A Crise das Ciências Européias e a Fenomenologia Transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 105.

empíricas que aqui marca o andamento do compasso, impondo-se por meio de uma regra incontornável, qual seja: a de que todo conhecimento que queira se alçar ao status de ciência deve determinar objetivamente a validade de suas proposições. Nesse sentido, o método compreensivo, ao ser aplicado às ciências da ação, deve, necessariamente, ser submetido àqueles procedimentos de verificação pelo método. Caso contrário, não conseguiria ser nada mais do que mero ensaísmo especulativo ou diletantismo vão (Cf. Seneda, 2008). É nessa toada que Weber, ao dizer que toda interpretação pretende alcançar evidência, faz um complemento elucidativo ao afirmar, na sequência, que "nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também uma interpretação causal válida" (2002: 2). Em suma, partir do mais evidente, do que é dado intuitivamente a partir da vivência, não garante necessariamente um conhecimento objetivamente válido.

Com essa postura, Weber entra claramente em rota de colisão com posições presentes no debate alemão que, distintamente da dele, unificavam a dimensão da evidência e a da validade empírica. Na esteira das discussões acerca da fundamentação das ciências do mundo humano²⁰ em relação às ciências da natureza [*Naturwissenschaften*], esteve sempre em questão, com um cenário filosófico "pós-kantiano" de pano de fundo, a forma pela qual nós é dado o mundo, o qual existiria unicamente, a princípio, em nossa visão e representação. Diversos autores, no rastro do historicismo e da hermenêutica, alguns dos quais Weber polemizou explicitamente em *Roscher und Knies*, como Gottl, alçaram exatamente a vivência como modo de acesso privilegiado à realidade do mundo humano, e a evidência compreensiva que ela revela como objetos já estabelecidos e dotados de validade científica. Dilthey, por exemplo, a quem Weber não polemizou diretamente, mas veladamente naquele ensaio metodológico, tinha este pressuposto: o que eu vivencio é um fato de verdade e evidência dada, um "fato da consciência" de razão qualitativamente distinta dos fatos relativos à realidade externa. Dilthey

²⁰ Na esteira de certo legado idealista, as ciências do mundo humano foram designadas por Dilthey de "ciências do espírito" [*Geisteswissenschaften*]. A escola neokantiana de Baden, com o intuito de "laicizar" a ideia de espírito oriunda de Hegel, afastando-se de conotações metafísicas, designa aquelas ciências sob o título de "ciências da cultura" [*Kulturwissenschaften*].

procura, portanto, com tal gesto, erigir a evidência dos fatos da consciência em critério de validade, realizando, assim, uma crítica à filosofia kantiana da representação ao opor realidade da consciência e realidade do mundo externo. Com isso, ele propõe que o conhecimento assuma posições distintas em relação àqueles dois domínios cognitivos, não devendo jamais se unificar sob um mesmo nexos e critério metodológico. Sob a ótica neokantiana, Dilthey substituiria, aqui, a tarefa metodológica por um critério "ontológico", regredindo, assim, a um cenário "pré-kantiano" ou "pré-crítico". Afinal, para o neokantismo a imediatidade e a evidência produzida pela vivência ou pelo "internamente" compreensível não a validam como modo de conhecimento se ele permanecer alheio ao poder das categorias com que opera o intelecto. E a posição tanto de Rickert quanto de Weber, no que diz respeito a este ponto, é que toda ciência que pretenda ser válida empiricamente não pode operar com uma divisão "ontológica", mas deve necessariamente alcançar algum grau de elaboração conceitual da experiência vivida ou da vivência. Porque é apenas e unicamente por meio desse grau de elaboração que há alguma possibilidade de se alcançar o conhecimento válido.

Ao rejeitar a vivência, Weber realça o desinteresse de referir-se metodologicamente ao imediatamente vivido pelo agente. Ainda que o vivido seja, de certa forma, incontornável, porque o sentido que a sociologia compreensiva almeja é inescapavelmente um produto da vivência, o domínio cognitivo para o qual ele se volta, no entanto, não é o universo volitivo do agente ou sua historicidade, pois tais dimensões são apenas um dado esparso e opaco, não um objeto constituído. O objeto apenas se forma e se apresenta enquanto tal quando o intelecto passa a controlar de modo objetivo o que é intuitivamente dado na vivência, preparando e realizando sua síntese. Lembremo-nos, porém, retomando algo dito no início desta reflexão, que o objeto mais elementar da sociologia anunciado por Weber é de natureza intuitiva, qual seja: o sentido subjetivamente visado pelo agente, jamais o próprio agente, como seria à maneira de uma "psicologia". Portanto, o "compreensível" pela sociologia não é toda a esfera da vivência e todo ato de compreender a ela relativo, mas tão somente aquela parte da compreensão que pode produzir uma interpretação evidente relativa ao agir empírico e à

motivação suficiente da ação. Há, aqui, então, um movimento expresso e intencional da sociologia weberiana do "dado" para o "concebido", do "imediato" para o "mediato"; em suma, do vivido para o conceito. No compasso desse movimento, saímos do imediatamente vivido pelo agente e adentramos numa dimensão cognitiva intelectualmente formatada, onde a amplitude da vivência é comprimida pela objetivação científica, cujo produto é a evidência interpretativa. O resultado lógico do desdobramento de todo este movimento é a produção de experiência objetiva [*Erfahrung*].

A estrutura lógica de um conhecimento só é percebida no momento em que se deve demonstrar, com casos concretos, a sua validade empírica - e esta demonstração é sempre problemática. Somente a demonstração exige incondicionalmente a determinação (relativa) do sistema conceitual, e pressupõe sempre e sem exceção um conhecimento generalizante - o que é uma condição para a elaboração mental do que foi uma 'vivência' ou uma 'revivência empática'. Estas 'vivências' agora são transformadas em 'experiências' (2001: 174).

Temos, agora, finalmente, a manifestação de duas formas possíveis de inteligibilidade do real, se pela experiência subjetiva [*Erlebnis*], estabelecida a partir das vivências de cada existência humana, ou se pela experiência objetiva [*Erfahrung*], construída a partir do mundo fenomenal. Para simplificar tais formas, pode-se pensar que enquanto a vivência reproduz conexões compreensíveis de sentido já dado e de apreensão subjetiva, a experiência produz a objetivação do dado intuitivamente na vivência, elaborando-o conceitualmente e forjando, no plano exclusivo do pensamento, possíveis conexões causais. Trata-se, então, de duas formas em oposição lógica, irreduzíveis, já que toda "experiência que a ciência objetivante produz", diz Weber, "seria possível somente separando a realidade [*Wirklichkeit*] da atualidade do que é efetivamente vivido [*wirklich Erlebten*]" (2001: 72).

Se experiência e vivência estão em oposição lógica, isso não significa que também estejam referidas a dimensões empíricas "ontologicamente" distintas, pois a referência fundamental aqui, segundo a ótica weberiana, é a base de evidência que cada uma daquelas formas produz²¹. Exemplificando, enquanto a experiência produz a evidência interpretativa, a vivência produz a evidência compreensiva. Mas a evidência compreensiva, enquanto produto

²¹ Cf. Massimilla. *Ibid.* p. 44.

"orgânico" da vivência e de um sujeito real, não é um critério possível para a produção de conhecimento sociológico. É por isso que, para ele, e também para a toda a plataforma filosófica que ancora seu pensamento, só há validade da estrutura da experiência quando há referência a um sujeito "puro". Este "sujeito" é o fundamento de tudo que pode ser válido e da possibilidade de objetividade científica. Assim fica claro o porquê de Weber dizer, inequivocamente, que "'eu' da vida real [*Das 'Ich' des wirklichen Lebens*]" não pode ser o ponto de partida de uma investigação sociológica, tampouco o "objeto de uma investigação que procede de modo analítico" (2001: 71-72). A vivência, a "existência" ou o indivíduo vivo com seus "hábitos" já formados, são apenas a manifestação de um "ser" contingente e irracional, jamais aquele "sujeito puro" ou "ideal" que assegura a validade para o conhecimento sociológico. Esse "sujeito" apenas encontramos numa espécie de "estrutura *a priori*", quando o objeto do conhecimento torna-se, por exemplo, o querer hipoteticamente construído a partir de regras da experiência, ou, mesmo, o "comportamento racional com relação a fins". Portanto, não é a compreensão do querer efetivo de um indivíduo real e de todos os possíveis componentes "psíquicos" que causam a ação o objeto em questão por parte de uma ciência preocupada com a validade do conhecimento produzido, mas tão só um tipo de evidência elaborada logicamente, que possibilita construir hipoteticamente o sentido do curso da ação já realizada ou a ser empreendida. Afinal, é a possibilidade de produzir experiência objetiva a partir da evidência compreensiva o que está em vista pela sociologia weberiana, e não preocupações de ordem hermenêutica. É justamente por esses motivos que Weber afirma, de forma inequívoca, que "todo compreender [do ponto de vista lógico] é demonstrável enquanto válido somente com referência à 'experiência'" (2001: 115).

À guisa de conclusão

A fim de concluir o percurso aqui realizado, convém questionar como é possível que no movimento que sai da vivência em direção à experiência, num gesto que objetiva precisamente transcender o quadro original de referência, ainda seja possível haver alguma relação entre conceito e realidade.

Sabemos, frente aos passos que foram dados até aqui, que o vivido só se torna objeto quando é destituído de "si mesmo", quando já não é ele mesmo, mas apenas um "produto" [*Gebilde*] de orientação lógica posto a serviço do juízo. A desidentificação produzida entre conceito e realidade, do ponto de vista lógico, é, portanto, um pressuposto necessário. Porque não há imbricação possível entre a formação de conceitos e o vivido, pois o lógico, aqui - e o que Weber entende por lógico é basicamente a *Begriffsbildung* e a teoria do conhecimento de Rickert -, está irremediavelmente situado no reino estável e eterno da validade, onde dimensões valorativas "pré-lógicas" - ou seja, as *sínteses* do "mundo compreendido" - são irrelevantes para as verdades lógicas. A linguagem que a ciência faz uso tem uma orientação própria e particular, que não se confunde ou interage com o vivido²². Mas Weber dar a conhecer que o conhecimento ao qual aspira é "histórico, isto é, *significativo na sua especificidade*". "Procuramos compreender", diz ele, "a realidade da vida que nos rodeia, e na qual nos encontramos situados, naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a significação cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo" (2001: 158). Não caberia, aqui, por certo, arguição de positivismo ou naturalismo à sociologia de Weber. Afinal, ele jamais aventou a possibilidade de construção de um sistema de conceito de leis a partir dos quais se poderia deduzir a *causa da significação* de um determinado fenômeno cultural. Nesse sentido, o seu "anti-ontologismo", ou sua recusa ao realismo, não pode ser confundido com o naturalismo.

Weber é herdeiro da Escola Histórica de Economia e da sua agenda ética e histórica que se opunha ao racionalismo abstrato da economia clássica de origem britânica. Seu esforço pessoal foi se distanciar do historicismo dessa Escola, que expressava, aos seus olhos, um "déficit lógico". Sua agenda de pesquisa contínuo, contudo, aquela de compreender "a realidade da vida que nos rodeia". Essa "compreensão", como foi argumentado aqui, deve, no entanto, obedecer determinadas regras lógicas a fim de garantir validade empírica, assim como qualquer outra ciência empírica, sem critérios distinto

²² Cf. Cf. Massimilla. *Ibid.* p. 12.

das ciências da natureza. A dificuldade weberiana foi então realizar uma baliza entre conceito e a vida. Se este artigo se concentrou especificamente no conceito, em seu destacamento da vivência e do imediatamente vivido, há uma outra parte fundamental nesse processo, que é a mediação possível entre a lógica e a realidade. Essa mediação se estabelece unicamente através da cultura [*Kultur*], ou, mais exatamente, pela relação à valores [*Wertbeziehung*]. Se há em Weber, portanto, uma "forma fechada", de caráter lógico e que fomenta a validade do conhecimento sociológico por meio da experiência objetiva, há também uma "forma aberta", dada significativamente por meio do "princípio" organizador do espírito que o é "valor" [*Wert*].

Referências

DILTHEY, W. **Das achtzehnte Jahrhundert und die geschichtliche Welt.** In: *Gesammelte Schriften*, Band III. Stuttgart, Göttingen, 1962,

HUSSERL, E. **A Crise das Ciências Européias e a Fenomenologia Transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica.** Rio de Janeiro: Forense, 2012.

KUSCH, M. **Psychologism: The Sociology of Philosophical Knowledge.** Routledge, 1995.

JASPERS, K. **Man in the Modern Age.** London: Routledge, 2009

MASSIMILLA, E. **Tre Studi su Weber. Fra Rickert e Von Kries.** Napoli: Liguori Editore, 2010.

OAKES, G. **Weber and Rickert. Concept Formation in the Cultural Sciences.** Cambridge: MIT Press, 1988.

RICOEUR, P. **Le Conflit des interprétations. Essais d'herméneutique.** Paris: Éditions de Seuil, 1969.

SENEDA, M. **Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação.** Campinas: Editora Unicamp, 2008.

SCHNÄDELBACH, H. **Geschichtsphilosophie nach Hegel. Die probleme des Historismus.** Friburgo-Munich: Verlag Karl Alber, 1974.

SCHUTZ. **Der Sinnhafte Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie.** Suhrkamp, 1993.

SIMMEL, G. **Kant/ Probleme der Geschichtsphilosophie (1905-1907).** Suhrkamp, 1997.

TRIBE, K. **Historical Schools of Economics: German and English**. In: A Companion to the History of Economic Thought, ed. Warren J. Samuels, Jeff E. Biddle, e John B. Davis. Malden: Blackwell, 2007, pp. 215-230.

WEBER, M. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: JCB Mohr Siebeck, 2001.

_____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss Der Verstehenden Soziologie**. Tübingen: JCB Mohr Siebeck, 2002.

ZIJDERVELD, A. **Rickert's Relevance. The ontological nature and epistemological functions of values**.